



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS – IAB

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Carta de Manaus – Recomendações do I Seminário de Segurança Pública “Segurança Pública na Amazônia: Desafios e Soluções”

O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), com base nos debates realizados no I Seminário Nacional de Segurança Pública, ocorrido em 24 de fevereiro de 2026, na sede da Universidade do Estado do Amazonas, na cidade de Manaus, Amazonas, apresenta as seguintes recomendações voltadas à formulação e ao aprimoramento de políticas públicas de segurança para a Amazônia Legal.

O evento contou com a participação dos palestrantes Dr. Andre Zogahib; Dr. Humberto Freire de Barros; Dr. Eliezer Fernandes Junior; Dr. Ralph Assayag; Dra. Sylvia Chaves da Silva Ramos; Dr. Antonio Gelson de Oliveira Nascimento; e Dr. Ricardo Balestreri, cujas exposições técnicas fundamentaram as conclusões ora sistematizadas nesta Carta.

Os debates foram realizados pela Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Dra. Rita Cortez e o evento foi coordenado pelo presidente da comissão de segurança pública do Instituto dos Advogados Brasileiros, Dr. Mario Jumbo Miranda Aufiero.

Justificativa

Instituição quase bicentenária, o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) reafirma, por meio desta Carta, sua permanente preocupação com a segurança pública como pilar essencial da cidadania, da estabilidade institucional e da defesa intransigente do Estado Democrático de Direito.

A realização do Seminário consolidou um espaço qualificado de diálogo entre operadores do direito, gestores públicos, pesquisadores e especialistas em segurança pública, reafirmando a necessidade de políticas estruturadas, integradas e baseadas em evidências científicas para a região amazônica.

O presente trabalho é fruto da atuação da Comissão de Segurança Pública do Instituto dos Advogados Brasileiros, em parceria com as demais Comissões temáticas do Instituto, evidenciando o caráter transversal da pauta da segurança pública e sua conexão com temas constitucionais, econômicos, ambientais, urbanísticos e sociais.



No contexto do evento, foi firmado Acordo de Cooperação Técnico-Científica entre o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), com o objetivo de promover intercâmbio institucional, produção de estudos, desenvolvimento de pesquisas aplicadas e formulação de propostas normativas e administrativas voltadas à segurança pública na Amazônia Legal.

As recomendações ora apresentadas precisam ser implementadas de forma imediata, como política de Estado, pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais, bem como pelo Poder Judiciário, Ministério Público e Defensorias Públicas, assegurando atuação coordenada, contínua e suprapartidária no enfrentamento dos desafios estruturais da segurança pública na Amazônia Legal.

A presente Carta decorre desse compromisso institucional e acadêmico, constituindo-se em instrumento orientador para políticas públicas que considerem as especificidades territoriais, sociais, econômicas, ambientais e demográficas da região.

Recomendações

1. Educação e Inovação na Prevenção da Violência

Fortalecer políticas educacionais integradas à tecnologia e à inovação social, priorizando juventudes em territórios vulneráveis da Amazônia Legal. Incentivar programas de capacitação digital, empreendedorismo sustentável e mediação comunitária como instrumentos estruturantes de prevenção primária da violência.

2. Integração Institucional e Cooperação Federativa

Aprimorar a integração entre forças federais, estaduais e municipais, com compartilhamento de dados em tempo real e protocolos unificados de atuação. Estabelecer centros regionais de inteligência voltados ao enfrentamento das dinâmicas criminais transfronteiriças na Amazônia.

3. Sistema de Justiça e Enfrentamento ao Crime Organizado

Reforçar a atuação coordenada entre Ministério Público, Judiciário e forças policiais no combate às organizações criminosas que atuam em territórios vulneráveis. Priorizar investigações estruturadas sobre cadeias logísticas e financeiras do crime organizado na região.

4. Proteção da Economia e do Setor Produtivo

Implementar políticas específicas de combate aos crimes que impactam a economia regional, especialmente a atuação de grupos conhecidos como



“piratas dos rios”, responsáveis por roubos de combustíveis e cargas. Ampliar o patrulhamento fluvial e o monitoramento tecnológico das rotas estratégicas.

5. Uso Responsável de Biometria Facial

Regulamentar e ampliar o uso de câmeras com reconhecimento biométrico facial, assegurando conformidade com garantias constitucionais, proteção de dados e mecanismos de auditoria. Priorizar sua aplicação em áreas de alta incidência criminal e pontos logísticos estratégicos.

6. Política de Segurança Baseada em Evidências Demográficas

Desenvolver políticas públicas fundamentadas em dados demográficos, socioeconômicos e criminais atualizados, com recorte territorial preciso. Instituir observatórios regionais permanentes para monitoramento, avaliação de impacto e transparência dos resultados.

7. Urbanismo Social e Prevenção Estrutural

Promover investimentos em urbanismo social, regularização fundiária, iluminação pública, mobilidade e equipamentos comunitários em áreas de maior vulnerabilidade. Integrar políticas de habitação e infraestrutura como estratégia permanente de redução da violência.

8. Desenvolvimento Sustentável e Segurança Territorial

Articular políticas de segurança pública com estratégias de desenvolvimento sustentável, fortalecendo a presença do Estado em áreas remotas. Integrar proteção ambiental, segurança territorial e inclusão produtiva como eixos indissociáveis para estabilidade regional.

9. Regularização Fundiária

Desenvolver políticas de regularização fundiária nas áreas rurais e urbanas da Amazônia como elemento de organização do território e de estabelecimento de transparência no espaço amazônico. Prover os meios necessários aos poderes competentes para o reforço do processo de regulação fundiária.



Manaus, 24 de fevereiro de 2026.

Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB



Dra. Rita Cortez

Presidente Nacional do IAB



Dr. Mario Aufiero

Presidente da Comissão de Segurança Pública

Coordenador da elaboração da Carta de Manaus